

A implementação do Programa de assistência estudantil para as instituições de ensino superior públicas estaduais (PNAEST) na UENF

Carolina França Pessanha¹, Renata Maldonado da Silva ²
¹Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
²Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
carolfrancapessanha@gmail.com

Resumo

O presente trabalho busca analisar a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais – PNAEST, tendo como campo de estudo a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, que aderiu ao programa no ano de 2011. Assim, por meio dessa pesquisa, pôde-se perceber que a partir da implementação do PNAEST na UENF, a instituição conseguiu ampliar suas ações de assistência estudantil no âmbito do transporte, inclusão digital, apoio pedagógico e alimentação, com destaque para esta última que foi desenvolvida a partir da verba de dois dos três editais conquistados. A pesquisa está em período de finalização, sendo necessárias ainda, análises de dados quantitativos referentes ao número de estudantes assistidos pelas ações criadas, bem como, o número de evasão destes, de forma que se possa através da correlação dessas informações, compreender a contribuição da política na permanência dos alunos matriculados na universidade.

Palavras-chave: Ensino superior. Pnaest. Assistência estudantil. Universidades estaduais.

1. Introdução

A partir da década de 1990, o Estado brasileiro promoveu várias ações com o objetivo de reformular e expandir o sistema superior de ensino brasileiro. Esta ampliação ocorreu devido à necessidade do Brasil em se adequar à “nova ordem mundial globalizada e à chamada sociedade da informação”^[1] (LIMA, 2007, p. 21), que foram instituídas após a crise internacional do capitalismo da década de 1970 e a partir da ascensão do ideário neoliberal como resposta ao problema. Nesse contexto “o capitalismo passou a atuar a partir de novos padrões de produção caracterizados pela flexibilização das relações, dos processos e do mercado de trabalho [...], gerando modificações nesse mercado e alterando o perfil da classe trabalhadora”^[1] (LIMA, 2007, p. 28). Diante disso, passou-se a exigir dos países de capitalismo periférico, como Brasil, a realização de “alterações substantivas na formação para o trabalho complexo”^[2] (NEVES e PRONKO, 2008, p. 52). Assim, com o objetivo de responder às demandas do setor produtivo, criou-se a necessidade de expansão do sistema superior de ensino brasileiro, por meio de medidas como a ampliação do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES, a instituição do Programa Universidade Para Todos – PROUNI, Lei n° 11.096/2005, e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007, que não contemplaram o problema da permanência das classes subalternas^[3] (Yazbeck, 2016) nessa modalidade de ensino. Desse modo, visando garantir a permanência dos estudantes oriundos das classes menos favorecidas nas instituições de ensino superior públicas federais, o MEC, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, pela Portaria Normativa n° 39, de 12 de dezembro 2007. Em 2010, a Portaria Normativa n° 39 transformou-se no Decreto n° 7.234, instituindo o PNAES nas universidades federais. Visando ampliar as ações de assistência estudantil para as instituições de ensino

superior públicas estaduais, ainda no ano de 2010, foi instituído também pelo MEC, por meio da Portaria Normativa nº 25, o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais – PNAEST. Assim como o PNAES, o PNAEST foi elaborado, de acordo com o discurso oficial, para expandir as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual^[4] (BRASIL, 2010). Algumas áreas de assistência estudantil a serem atendidas pelo programa dizem respeito a moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico^[4] (BRASIL, 2010). Seu público alvo seriam os estudantes da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Embora a implementação do PNAEST tenha representado uma conquista para o ensino superior público estadual, reconhecendo a importância que as universidades estaduais apresentam para a democratização do ensino superior público, é importante salientar que isto ocorreu no contexto da chamada Contra-Reforma do Estado^[5] (Bhering e Boschetti, 2011), caracterizado por profundos retrocessos nas conquistas dos direitos sociais e pelo predomínio das políticas de focalização^[6] (Montaño, 2015). A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, campo de estudo dessa pesquisa, concorreu ao primeiro edital do PNAEST, lançado no ano de 2011. Desse modo, a instituição aderiu ao programa, pela primeira vez, no final de 2011, buscando assim, ampliar suas medidas de assistência estudantil ofertadas. Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa, consiste em investigar a implementação do programa na universidade e as ações de assistências estudantis criadas a partir dele.

2. Metodologia

A pesquisa diz respeito a um estudo de caso, que consiste em “uma observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documento ou de um acontecimento específico”^[7] (MERRIAM, 1988 apud BOGDAN E BIKLEN, 1994, p. 89). A mesma está sendo desenvolvida por meio da abordagem de cunho quanti-qualitativo que, de acordo com Minayo (2011), “os dois tipos de abordagens não são incompatíveis [...] entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhado teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”^[8] (p. 22). O percurso metodológico da mesma tem consistido no levantamento de dados, referentes as ações de assistência estudantil ofertadas pela universidade a partir da implementação do PNAEST, assim como, o número de estudantes assistidos por essas ações, nos setores responsáveis por essas informações. Paralelamente ao levantamento desses dados, estão sendo realizadas entrevistas de caráter qualitativo, com roteiros semiestruturados, com antigos e atuais gestores da universidade que estiveram envolvidos com a implantação do PNAEST, bem como, das ações de assistência estudantil implementadas. Além disso, também estão sendo realizadas entrevistas com representantes do Diretório Central dos Estudantes – DCE, buscando compreender como se deu o processo de lutas e reivindicações pelas ações de assistência já implementadas na instituição.



3. Resultados e Discussão

A partir das informações levantadas até o momento, observamos que um dos critérios para a adesão ao PNAEST dizia respeito a participação da universidade no Sistema de Seleção Unificada – SISU. A UENF aderiu ao SISU no ano de 2010, se tornando assim, apta a aderir o referido programa. Ao todo, a UENF concorreu a três editais do PNAEST, referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013. A verba angariada em cada edital do PNAEST correspondeu aos valores de 1.123.448,00, 1.125.000,00 e 1.124.905,00 reais, respectivamente. A verba do primeiro edital foi utilizada na compra de bicicletas, livros didáticos e computadores, atendendo assim, ações de assistência estudantil voltadas para transporte, inclusão digital e apoio pedagógico. Já as verbas do PNAEST 2012 e 2013 foram utilizadas exclusivamente para o funcionamento do Restaurante Universitário Cícero Guedes, contemplando à assistência estudantil voltada para o âmbito da alimentação. É importante salientar que, esses valores foram sendo prorrogados conforme ia se aproximando a data de expiração deles. Assim, a verba referente ao primeiro edital permaneceu em vigência na universidade por um período de três anos desde a sua liberação, período de 16/12/2011 a 31/12/2014. No que tange ao segundo edital, a verba permaneceu em uso pela instituição por um período de quatro anos, entre 10/12/2012 a 30/04/2017. E em relação ao terceiro e último edital, a verba foi utilizada por um período de três anos, entre 10/11/2014 a 03/02/2018. Portanto, como pode ser visualizado, a verba referente ao programa teve fim no ano de 2018.

4. Conclusões

A análise das informações obtidas até o momento, revelaram que a implementação do PNAEST na UENF possibilitou que a instituição ampliasse suas ações de assistência estudantil, especialmente no âmbito da alimentação. Percebemos também que, apesar da orientação do programa para uma ótica mais focalizada de política pública, que buscava promover ações de assistência implementadas via PNAEST, preferencialmente aos estudantes cotistas, a UENF buscou universalizar estas medidas, no sentido de atender também aos estudantes que não ingressaram na instituição por meio do sistema de cotas. Dessa forma, buscou-se atender a todos os estudantes, de acordo com a especificidade e necessidade desses dois grupos. Apesar da pesquisa estar em processo de finalização, no entanto, ainda são necessários o levantamento e análise dos dados quantitativos referentes ao número de estudantes que foram assistidos por essas ações e o número referente a taxa de ingresso e evasão dos alunos na instituição, de forma que a correção desses dados possa nos nortear a respeito da contribuição do programa para a permanência dos estudantes, sobretudo, os oriundos das classes socioeconomicamente desfavorecidas, na instituição.

Agradecimentos

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Programa de Demanda Social – Mestrado.

Referências

[1] LIMA, Kátia Regina de Souza. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.



- [2] NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. Configuração histórica e mudanças da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 31-89.
- [3] YASBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e Assistência Social**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.
- [4] BRASIL. **Portaria Normativa MEC n° 25**. Brasília, 2010.
- [5] BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [6] MONTANÕ, Carlos (org.). **O canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos de terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2015. [3] YASBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e Assistência Social**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.
- [7] BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.
- [8] MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 14ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.